

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

1º Trimestre de 2018

Capacidade de financiamento da economia manteve-se em 1,2% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 1º trimestre de 2018, resultado idêntico ao observado para o trimestre anterior.

O setor institucional das Famílias apresentou uma ligeira diminuição da respetiva capacidade de financiamento, que passou de 1,4% para 1,3% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2018. A poupança corrente deste setor diminuiu em consequência de um aumento do rendimento disponível inferior ao aumento da despesa de consumo final.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu para 0,7% do PIB que compara com 3,0% no trimestre anterior (0,9 %, excluindo o impacto da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos ocorrida no 1º trimestre de 2017).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -434,3 milhões de euros no 1º trimestre de 2018, que correspondeu a -0,9% do PIB.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 1º trimestre de 2018.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,2% do PIB

A capacidade de financiamento da economia portuguesa manteve-se em 1,2% do PIB no 1º trimestre de 2018. O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram taxas de variação de 0,7% e 1,0%, respetivamente. A melhoria do RNB foi determinada pela diminuição do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de -1,1% e 5,1%, respetivamente.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentou 0,8%, mais 0,2 p.p. que o acréscimo da despesa de consumo final, determinando um aumento de 2,0% da poupança bruta (menos 1,3 p.p. que no trimestre anterior).

O crescimento da poupança foi ligeiramente inferior ao da Formação Bruta de Capital (FBC), que aumentou 2,2%, fixando a capacidade de financiamento da economia em 1,2% do PIB.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional¹.

A necessidade de financiamento das AP reduziu-se para 0,7% do PIB no 1º trimestre de 2018. No trimestre anterior registou-se uma necessidade de financiamento de 3% do PIB. A diminuição de 2,3 p.p. ficou a dever-se principalmente à operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos (CGD) ocorrida no 1º trimestre de 2017, cujo impacto cessou no ano acabado no 4.º trimestre de 2017. Sem considerar este impacto (3944 milhões de euros), a necessidade de

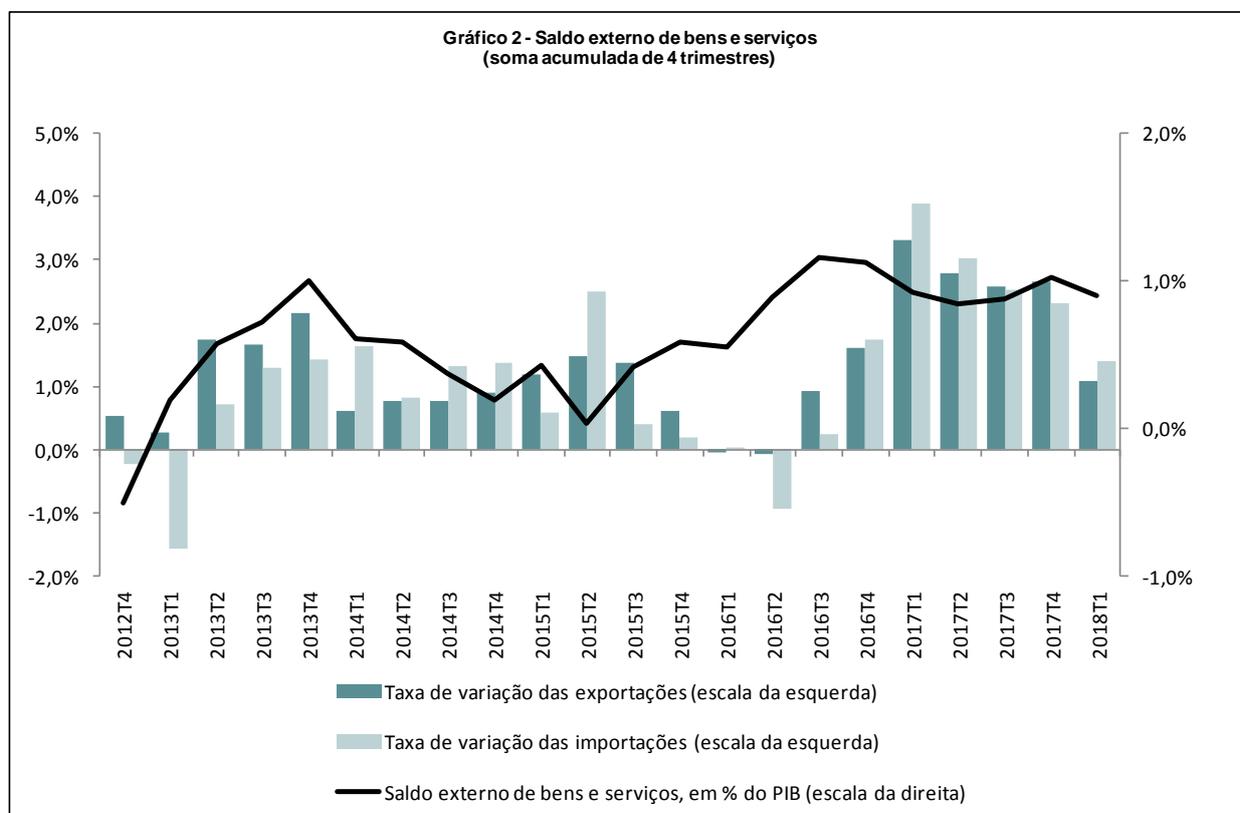
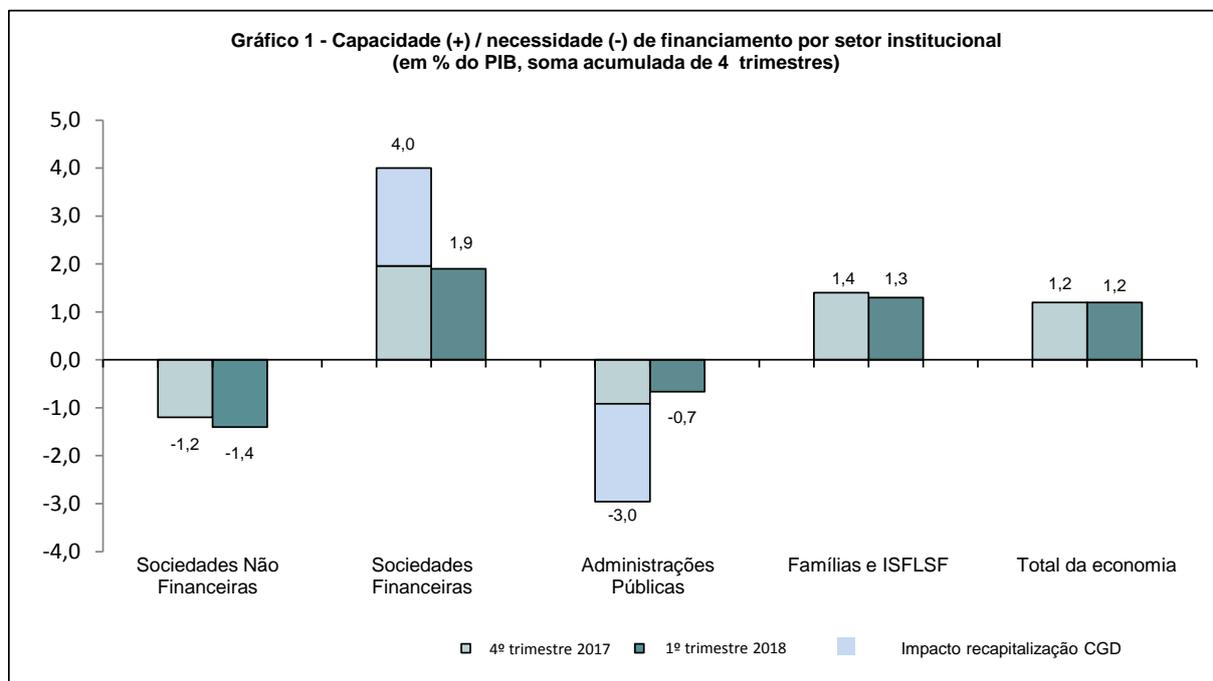
financiamento das AP no 4º trimestre de 2017 representaria -0,9% do PIB.

O saldo das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,2 p.p. no 1º trimestre de 2018, para -1,4% do PIB.

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu de 4,0% no último trimestre de 2017 para 1,9% do PIB no 1º trimestre de 2018. Esta redução está também associada ao impacto da operação de capitalização da CGD. Efetivamente, a consideração de um impacto negativo na capacidade/necessidade de financiamento das AP implica um impacto simétrico no setor financeiro. Excluindo aquele impacto, a capacidade financeira deste setor não se alterou praticamente face ao trimestre anterior.

O saldo externo de bens e serviços situou-se em 0,9% do PIB, menos 0,1 p.p. que no 4º trimestre de 2017, devido a um aumento das exportações (1,1%) inferior em 0,3 p.p. ao acréscimo das importações (ver gráfico 2).

¹ Devido a arredondamentos, a soma dos saldos dos diferentes setores internos em percentagem do PIB pode não coincidir com o saldo apresentado para o total da economia.

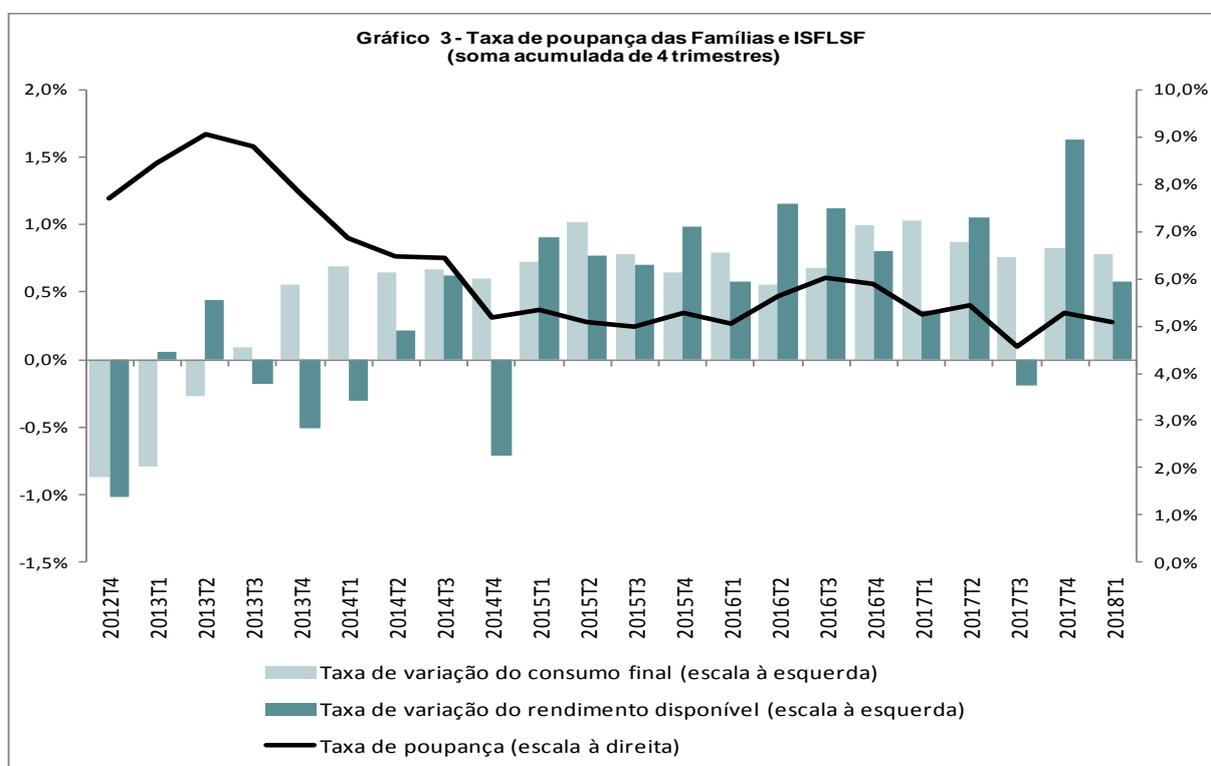


Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 1,3% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 1,3% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2018, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior, refletindo sobretudo a diminuição de 3,3% da poupança corrente. O investimento das Famílias registou uma taxa de variação de 2,0% no 1º trimestre de 2018 (0,4% no trimestre anterior).

No gráfico 3 apresenta-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se pode observar, a taxa de poupança das Famílias diminuiu para 5,1% do rendimento disponível (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Este decréscimo resultou de um aumento do rendimento disponível inferior ao da despesa de consumo final (taxas de variação de 0,6% e 0,8%, respetivamente).

A evolução do rendimento disponível das Famílias foi condicionada pela variação das remunerações recebidas, que registaram um acréscimo de 0,7% no 1º trimestre de 2018 após um aumento de 1,6% observado no trimestre anterior. Esta desaceleração estará influenciada pelas alterações no regime de pagamento dos subsídios de Natal e de férias que, nomeadamente no setor das Administrações Públicas, terão deixado de ser pagos em duodécimos. Este efeito será tendencialmente neutro no conjunto do ano de 2018.



O quadro 1 apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível. Para o aumento de 0,6% registado no 1º trimestre de 2018, contribuíram principalmente as remunerações (0,5 p.p.), seguidas do excedente bruto de exploração e do saldo dos rendimentos de propriedade, com 0,2 p.p. cada.

No 1º trimestre de 2018, as remunerações representaram 64,8% do rendimento disponível e o Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto 25,7% (64,7% e 25,7% no trimestre anterior, respetivamente).

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2012T4	-1,6	0,3	0,0	0,1	-0,1	-0,4	-1,0
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,2	0,4	1,1	-0,5
2014T1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	1,0
2016T1	0,5	0,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,6
2016T2	0,6	0,2	0,1	0,0	0,2	-0,2	1,2
2016T3	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,0	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	0,0	-0,3	0,0	0,1	0,8
2017T1	0,6	0,0	-0,2	-0,3	0,2	-0,1	0,4
2017T2	0,7	0,2	-0,3	-0,3	0,1	-0,7	1,1
2017T3	0,6	0,1	-0,1	-0,3	0,2	0,8	-0,2
2017T4	1,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,0	1,6
2018T1	0,5	0,2	0,2	-0,2	0,0	0,1	0,6

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 1,4% do PIB

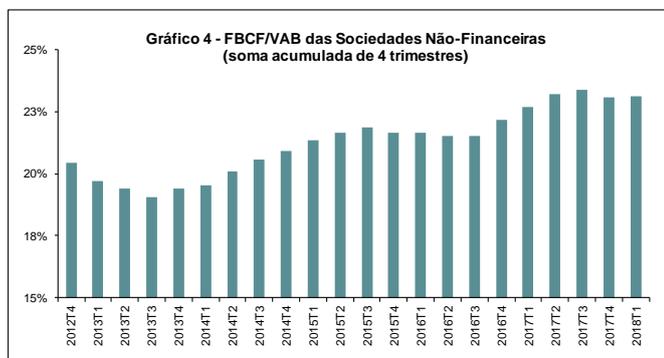
A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se 0,2 p.p., fixando-se em 1,4% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2018. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 0,9%, menos 0,2 p.p. do que no trimestre anterior. As remunerações pagas e o Excedente Bruto de

Exploração registaram aumentos de 1,2% e 0,3%, respetivamente.

O aumento do VAB mais do que compensou o acréscimo das remunerações pagas, conduzindo a um crescimento de 1,5% da poupança do setor (2,7% no trimestre anterior).

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou 1,0% no ano acabado no 1º trimestre, fixando-se a taxa de investimento (medida através do rácio entre a

FBCF e o VAB) em 23,1%, idêntica à observada no trimestre anterior.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 1,9% do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 1,9% do PIB no 1º trimestre de 2018, menos 2,1 p.p. que no trimestre anterior. Esta redução da capacidade de financiamento reflete a operação de capitalização da CGD referida anteriormente, cujo impacto sobre o saldo do setor cessou no 4º trimestre de 2017.

A poupança corrente registou uma variação nula, devido à redução simultânea das despesas e receitas dos rendimentos de propriedade (taxas de variação de -3,4% e -3,6%, respetivamente).

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu para 0,7%

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 2,3 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2018, relativamente ao ano acabado no trimestre anterior, representando 0,7% do PIB. Esta variação foi resultado de um aumento de 0,7% na receita total e de uma diminuição de 4,3% na despesa total (ver quadros 2 e 3).

O comportamento da despesa reflete a diminuição de 45,7% na despesa de capital e a variação nula da despesa corrente. A diminuição acentuada na despesa de capital resulta do impacto no ano acabado no trimestre anterior da operação de recapitalização da CGD. A variação nula da despesa corrente decorre do efeito combinado das diminuições de 1,8%, 0,2% e 0,3% nos encargos com juros, no consumo intermédio e nas despesas com pessoal, respetivamente, e do aumento dos subsídios e da outra despesa corrente, em 3,4% e 4,5%, respetivamente. As prestações sociais, que representam 44,4% do total da despesa corrente, permaneceram inalteradas no período em análise.

A receita total registou uma variação positiva de 0,7% no ano terminado no 1º trimestre devido ao aumento da receita corrente, em resultado do aumento dos impostos sobre a produção e importação (1,7%), dos impostos sobre o rendimento e património (0,5%) e das contribuições sociais (0,7%). As vendas e a outra receita corrente apresentaram diminuições de 0,3% e 4,1%, respetivamente.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -434,3 milhões de euros no 1º trimestre de 2018, correspondente a -0,9% do PIB, que compara com -10,6% em igual período do ano anterior (ver quadro 4) valor largamente influenciado pela operação de recapitalização da CGD.

No lado da despesa, registaram-se diminuições nas principais rubricas da despesa corrente, sendo de relevar a diminuição de 1,5% das despesas com pessoal, influenciada pela alteração do regime de pagamento do subsídio de Natal, que deixou de ser em duodécimos, e a diminuição de 7,2% nos encargos com juros, em grande parte justificados pela redução dos

juros referentes aos empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. A operação de recapitalização da CGD, no 1º trimestre de 2017, justifica a quase totalidade da variação negativa da despesa de capital. Ainda assim, é de referir o aumento de 18,0% na despesa de investimento.

Do lado da receita, a receita corrente e a de capital aumentaram 3,2% e 10,9%, respetivamente. A variação positiva da receita corrente justificou-se pelo aumento das receitas com impostos sobre a produção e a importação (7,2%), com contribuições sociais (3,3%) e com impostos sobre o rendimento e património (2,6%), tendo a outra receita corrente apresentado uma diminuição de 16,7%.

O quadro 5 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2018 com o período homólogo, verificou-se que, apesar da deterioração do saldo em contabilidade pública, o saldo em contabilidade nacional registou uma melhoria. Esta evolução resulta, em larga medida, dos efeitos associados ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP ao nível das empresas públicas e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições.

Quadro 2: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2017T1	2017T2	2017T3	2017T4	2018T1
Receita total	80 275,8	80 572,5	82 636,3	82 840,5	83 427,7
Receita corrente	79 457,7	79 671,1	81 683,2	82 106,3	82 678,7
Impostos sobre o rendimento e património	18 891,9	18 440,4	19 773,4	19 714,6	19 811,1
Impostos sobre a produção e importação	27 619,1	28 049,3	28 656,5	29 028,0	29 514,4
Contribuições sociais	21 848,6	22 116,7	22 370,6	22 704,2	22 874,1
Vendas	6 674,6	6 712,6	6 697,7	6 752,3	6 733,9
Outra receita corrente	4 423,5	4 352,2	4 185,0	3 907,2	3 745,2
Receita de capital	818,1	901,3	953,2	734,3	749,0
Despesa total	87 304,3	87 280,4	87 212,2	88 550,0	84 722,2
Despesa corrente	79 711,1	79 676,5	79 478,8	80 177,9	80 177,1
Prestações sociais	35 042,4	34 955,9	34 881,8	35 615,8	35 607,0
Despesas com pessoal	20 919,4	20 919,7	20 894,1	21 269,7	21 195,5
Juros	7 691,4	7 631,6	7 586,3	7 475,1	7 343,8
Consumo intermédio	10 580,0	10 541,1	10 536,7	10 469,8	10 452,2
Subsídios	968,1	946,7	906,8	866,4	896,1
Outra despesa corrente	4 509,8	4 681,5	4 673,0	4 481,1	4 682,6
Despesa de capital	7 593,2	7 603,9	7 733,4	8 372,1	4 545,1
Investimento ⁽¹⁾	2 865,2	2 866,1	3 022,7	3 429,6	3 532,8
Outra despesa de capital	4 727,9 ⁽²⁾	4 737,8 ⁽²⁾	4 710,7 ⁽²⁾	4 942,5 ⁽²⁾	1 012,4
Saldo corrente	- 253,4	- 5,4	2 204,4	1 928,4	2 501,7
Saldo total	-7 028,5 ⁽²⁾	-6 708,0 ⁽²⁾	-4 575,9 ⁽²⁾	-5 709,4 ⁽²⁾	-1 294,5
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	72 019,7	72 044,9	71 892,5	72 702,7	72 833,3
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	187 097,8	189 023,2	190 835,8	193 072,0	194 482,4
Défice em % PIB	-3,8%	-3,5%	-2,4%	-3,0%	-0,7%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

Quadro 3: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2017T1	2017T2	2017T3	2017T4	2018T1
Receita total	0,7	0,4	2,6	0,2	0,7
Receita corrente	0,7	0,3	2,5	0,5	0,7
Impostos sobre o rendimento e património	-1,0	-2,4	7,2	-0,3	0,5
Impostos sobre a produção e importação	1,0	1,6	2,2	1,3	1,7
Contribuições sociais	1,1	1,2	1,1	1,5	0,7
Vendas	0,7	0,6	-0,2	0,8	-0,3
Outra receita corrente	4,1	-1,6	-3,8	-6,6	-4,1
Receita de capital	2,7	10,2	5,8	-23,0	2,0
Despesa total	4,7	0,0	-0,1	1,5	-4,3
Despesa corrente	-0,1	0,0	-0,2	0,9	0,0
Prestações sociais	-0,2	-0,2	-0,2	2,1	0,0
Despesas com pessoal	0,2	0,0	-0,1	1,8	-0,3
Juros	-0,9	-0,8	-0,6	-1,5	-1,8
Consumo intermédio	1,6	-0,4	0,0	-0,6	-0,2
Subsídios	-0,7	-2,2	-4,2	-4,5	3,4
Outra despesa corrente	-3,5	3,8	-0,2	-4,1	4,5
Despesa de capital	113,8	0,1	1,7	8,3	-45,7
Investimento ⁽¹⁾	2,3	0,0	5,5	13,5	3,0
Outra despesa de capital	529,1	0,2	-0,6	4,9	-79,5

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2017		1º trimestre de 2018		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	18 282,5	39,8	18 869,7	39,8	3,2
Receita corrente	18 147,8	39,5	18 720,3	39,5	3,2
Impostos sobre o rendimento e património	3 706,5	8,1	3 803,0	8,0	2,6
Impostos sobre a produção e importação	6 720,1	14,6	7 206,6	15,2	7,2
Contribuições sociais	5 209,8	11,3	5 379,7	11,4	3,3
Vendas	1 540,6	3,4	1 522,1	3,2	- 1,2
Outra receita corrente	970,8	2,1	808,9	1,7	- 16,7
Receita de capital	134,7	0,3	149,4	0,3	10,9
Despesa total	23 131,8	50,3	19 304,0	40,8	- 16,5
Despesa corrente	18 451,5	40,1	18 450,7	39,0	0,0
Prestações sociais	8 135,2	17,7	8 126,4	17,2	- 0,1
Despesas com pessoal	4 883,5	10,6	4 809,3	10,2	- 1,5
Juros	1 829,6	4,0	1 698,3	3,6	- 7,2
Consumo intermédio	2 403,7	5,2	2 386,0	5,0	- 0,7
Subsídios	160,7	0,3	190,4	0,4	18,5
Outra despesa corrente	1 038,8	2,3	1 240,4	2,6	19,4
Despesa de capital	4 680,3	10,2	853,3	1,8	- 81,8
Investimento ⁽¹⁾	572,7	1,2	675,9	1,4	18,0
Outra despesa de capital	4 107,6 ⁽²⁾	8,9	177,4	0,4	- 95,7
Saldo corrente	- 303,7	- 0,7	269,5	0,6	
Saldo total	-4 849,3 ⁽²⁾	- 10,6 ⁽³⁾	- 434,3	- 0,9	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

⁽³⁾ Sem o impacto da recapitalização da CGD, o saldo em contabilidade nacional corresponde a -2,0% do PIB

Quadro 5: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2017T1	2018T1
Saldo em contabilidade pública:	- 604,6	- 621,1
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	226,1	780,9
Diferença entre juros pagos e devidos	- 97,4	- 63,0
Outros valores a receber:	- 491,5	- 674,5
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 246,7	- 379,8
<i>Outros</i>	- 244,8	- 294,7
Outros valores a pagar:	144,1	123,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	- 145,0	- 168,4
<i>Outros</i>	289,1	291,7
Outros ajustamentos:	-4 025,9	20,1
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-4 561,7 ⁽²⁾	- 514,9
Saldo em contabilidade nacional:	-4 849,3	- 434,3
PIB Trimestral ⁽¹⁾	45 959,0	47 369,4
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-10,6% ⁽³⁾	-0,9%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de efeitos de calendário e de dias úteis

⁽²⁾ Inclui 3 944 milhões de euros referentes à operação de recapitalização da CGD

⁽³⁾ Sem o impacto da recapitalização da CGD, o saldo em contabilidade nacional corresponde a -2,0% do PIB

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 1,0%

No 1º trimestre de 2018, o RNB registou uma variação nominal de 1,0%, superior em 0,3 p.p. à variação do PIB. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior registou uma melhoria, observando-se taxas de variação de 5,1% nos rendimentos recebidos e de -1,1% nos rendimentos pagos.

Quadro 6: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 664	-0,4	164 362	0,0	165 934	0,0
2013T2	168 093	0,3	165 482	0,7	167 273	0,8
2013T3	168 920	0,5	166 389	0,5	168 222	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 692	0,2	168 293	0,2	170 390	0,3
2014T2	172 235	0,9	169 641	0,8	171 614	0,7
2014T3	173 278	0,6	170 792	0,7	172 896	0,7
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,3
2015T1	174 772	1,0	171 262	0,7	173 575	0,7
2015T2	176 615	1,1	172 301	0,6	174 512	0,5
2015T3	178 194	0,9	173 827	0,9	176 005	0,9
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,7
2016T1	181 357	0,9	176 999	1,2	179 166	1,1
2016T2	182 641	0,7	177 970	0,5	180 577	0,8
2016T3	184 078	0,8	179 142	0,7	181 764	0,7
2016T4	185 494	0,8	181 040	1,1	183 533	1,0
2017T1	187 098	0,9	182 410	0,8	185 426	1,0
2017T2	189 023	1,0	184 519	1,2	187 371	1,0
2017T3	190 836	1,0	186 394	1,0	189 440	1,1
2017T4	193 072	1,2	188 568	1,2	191 785	1,2
2018T1	194 482	0,7	190 439	1,0	193 380	0,8

O RDB da nação aumentou 0,8% no 1º trimestre de 2018, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,6%, determinando o aumento da poupança bruta. A poupança bruta da economia representou 16,9% do PIB no 1º trimestre de 2018 (16,7% no trimestre anterior).

A FBC para o total da economia situou-se em 16,6% do PIB no 1º trimestre de 2018 (mais 0,3 p.p. que no trimestre anterior). Este aumento da FBC foi ligeiramente superior ao aumento da poupança, determinando a fixação da capacidade de

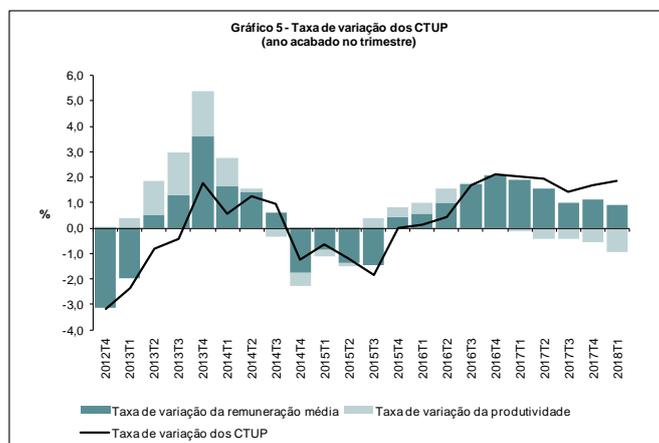
financiamento em 1,2% do PIB, resultado praticamente idêntico ao observado para o trimestre anterior.

Quadro 7 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,7	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,3	1,1	16,0	0,4
2016T2	15,6	0,9	15,8	0,7
2016T3	15,6	1,0	15,7	0,9
2016T4	15,5	0,9	15,5	1,0
2017T1	15,7	1,0	15,6	1,0
2017T2	15,9	0,9	16,0	0,9
2017T3	16,3	0,8	16,2	1,0
2017T4	16,7	0,8	16,3	1,2
2018T1	16,9	0,8	16,6	1,2

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 1,9%

No ano acabado no 1º trimestre de 2018, os CTUP registaram um aumento de 1,9%, mais 0,2 p.p. do que no trimestre anterior. O crescimento mais intenso foi determinado pela redução mais acentuada da produtividade, verificando-se um crescimento da remuneração média ligeiramente inferior ao do trimestre anterior.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação, com as consequentes revisões das estimativas anteriores de

alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação antecedente é de destacar a incorporação das revisões subjacentes às contas trimestrais para o total da economia publicadas a 30 de Maio passado.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.